



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ALMEIDA ANTÓNIO NGONGA

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO SETOR PRIMÁRIO DA
ECONOMIA ANGOLANA: UMA ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E DEPENDÊNCIA 2010 A 2022**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ALMEIDA ANTÓNIO NGONGA

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO SETOR PRIMÁRIO DA
ECONOMIA ANGOLANA: UMA ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E DEPENDÊNCIA 2010 A 2022**

Projeto de pesquisa: apresentada como requisito para
obtenção de título do Bacharelado em Humanidades na
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-
Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ALMEIDA ANTÓNIO NGONGA

**INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO SETOR PRIMÁRIO DA
ECONOMIA ANGOLANA: UMA ANÁLISE SOBRE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E DEPENDÊNCIA 2010 A 2022**

Projeto de pesquisa: apresentada como requisito para obtenção de título do Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Data de aprovação: 08/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal (Orientadora)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	JUSTIFICATIVA	6
2	PERGUNTA DE PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
4	REFERENCIAL TEÓRICO	8
4.1	SETOR PRIMÁRIO, VULNERABILIDADE DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA ANGOLANA	8
4.2	INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIREITOS	17
5	METODOLOGIA DE PESQUISA	22
6	CRONOGRAMA	23
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Com o fim do domínio português sobre Angola em 1975, deu-se início a uma nova era para a construção de novo Estado-nação. Porém, nessa mesma época o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), promoveu uma série de reformas para consolidar a sua administração pública que saiu do socialismo para o capitalismo, na altura em que, José Eduardo dos Santos assumiu o poder, (Menezes, 2002). Essas reformas promovidas pelo MPLA na década de 90 foram criticadas, porque para alguns as políticas de livre mercado prejudicaram a economia do país e também acrescem a desigualdade social, todavia, o país não tinha capacidade suficiente para garantir a formação de um Estado e ao mesmo tempo de uma nação, por conseguintemente, o país teve que enfrentar desafios na construção de suas instituições quer seja ela política e social e bem como na consolidação de uma identidade nacional. (Silva, 2018).

Segundo Patrício Batsíkama (2015, p. 487), argumenta sobre as grandes dificuldades na formação de um Estado e única nação sendo que em Angola, existe várias nações com culturas diferentes. “o país é composto por vários povos e grupos linguísticos, o que tornou difícil a construção de uma identidade nacional comum, Matos (2023, p. 14).

Apesar da liberdade adquirida, o país passou novamente por uma outra fase de guerra que veio a culminar com a desestabilização popular e econômica. A guerra civil de Angola, foi um dos fatores preponderantes que originou a dependência na economia nacional, gerando uma economia vulnerável. O conflito começou a partir dos anos de 1979 após a independência, e durou até 2002 com a morte de Jonas Malheiro Sidônio Savimbi, ex-presidente da União Nacional Para Independência Total de Angola (UNITA) e fundador do partido.

O conflito armado entre os partidos políticos como MPLA e a UNITA, trouxe bastante problema para o país que passou por diversas dificuldades, enfrentando desafios sociais, econômico, políticos, humanitários e em termos de sua infraestrutura, teve muitas instituições deformadas, vias derrubadas, escolas em péssimas condições e uma grande redução do povo que resultou em perda da sua população através dos danos causados pela guerra, (Dados oficiais apontam para mais de 500 mil mortos, mais de 1 milhão de deslocados, milhares de órfãos e viúvas, além de milhares de infraestruturas destruídas). (Matos, 2023, p. 11).

Esse período ficou marcado na história do país com a morte do Savimbi, e permitiu que, o país conseguisse chegar em Acordo de Paz, entre o MPLA e a UNITA, que deu uma viagem decisiva para o fim do conflito, no processo político, no desenvolvimento econômico e social de Angola. Com esse Acordo de Paz alcançado em 4 de abril de 2002, o país, ou seja, o governo optou por alcançar a plena democratização, por meio de acumulação de capital que seria como

alavanca para o seu desenvolvimento. (Batsíkama, 2015).

A presente pesquisa também aborda conceitos relacionados ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) na economia angolana, especificamente traz uma análise um pouco mais abrangente sobre o setor primário da própria economia angolana. Além disso, aprofundará outros conceitos como setor primário, vulnerabilidade e dependência da economia angolana e também sobre o IED. Contudo, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) emerge como uma das principais alavancas empregadas pelo país para catalisar o seu desenvolvimento econômico. Segundo Costa (2019, p. 11), o IED é delineado como uma variável que transcende a mera afinidade econômica, retratando, sim, uma relação econômica entre as nações, evidenciando a circulação de capital de um país para outro, o que denota a confiança depositada pelos investidores no país receptor. A atração dos investidores estrangeiros para os países da África Subsaariana, nos quais Angola está inserida, está intrinsecamente ligada à abundância de recursos naturais presentes nessa região (Costa, 2019). Por sua vez, alguns países da África Subsaariana, que são ricos em recursos naturais, têm desfrutado de estabilidade política e têm demonstrado um crescimento econômico significativo ao longo da última década. É por esse motivo que alguns desses países conseguem atrair investimento direto estrangeiro. Em 2012, Angola destacou-se entre os sete países da África Subsaariana que receberam investimento estrangeiro direto (IED) (Kunitama, 2014).

A economia angolana tem experimentado transformações significativas nas últimas décadas, com um foco particular no seu setor primário, que engloba atividades como agricultura, mineração e extração de recursos naturais, algo que vem atraindo tantos investidores de vários países. Nesse contexto, uma análise aprofundada dos investimentos estrangeiros no setor primário entre os anos de 2010 e 2022 torna-se essencial para compreender o impacto desses aportes na economia do país. Angola, dotada de vastos recursos naturais, tem despertado esse interesse de investidores estrangeiros em busca de oportunidades lucrativas nesse setor crucial para o desenvolvimento econômico. Entende-se por desenvolvimento econômico, nesta pesquisa, o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população (Pereira, 2008).

1.1 JUSTIFICATIVA

É importante realizar a presente pesquisa sobre o IED no setor primário da economia angolana (2010-2022) porque o estudo nos proporcionará percepção aprofundada obtida através

das observações, de análises ou reflexões sobre o respectivo assunto valioso sobre crescimento, desenvolvimento econômico e dependência do país em relação a esse investimento conforme (Pereira, 2008).

Adiante, a economia de Angola é totalmente dependente do petróleo conforme (Domingos; Mendes, 2022) abordam. Porém com a eleição do João Lourenço em 2017, como novo Presidente da República, o país tem procurado criar condições para poder atrair mais investidores em outros setores do setor primário para diversificar a dependência da economia nacional desde 2018, e que desembarcou em Paris em sua primeira viagem oficial ao país, com base a (RFI, Francesa 2018). Contudo, para promover assim a estimulação do investimento em áreas como, a agricultura, pescas e indústria, substituir as importações de bens de primeira necessidade e aumentar e diversificar as fontes cambiais. Autores como Rocha (2015), que examinou a relação entre o ciclo do preço do petróleo e o crescimento econômico de Angola.

A justificativa da pesquisa nos leva a analisar os impactos possíveis que o IDE trouxe na economia do país dentro do setor primário. E de certa forma, elas causam uma repercussão para a sociedade que vive na dependência do setor primário, porque o IDE pode causar tantos efeitos positivos e negativos na estrutura econômica de um país e afeta a sociedade que depende dela (Albino; Tavares; Pacheco, 2016).

Existem vários fatores que se encadeiam uns aos outros para o processo do desenvolvimento econômico que é, a melhoria do padrão de vida da população. De forma para poder estimular os investidores a investir em um país, é importante, que esta apresente uma estratégia nacional de desenvolvimento, que seja refletida na qualidade de vida da população, segundo (Pereira, 2008, p. 9-10), porque para alguns países a renda per capita não reflete o nível em absoluto da sua produtividade e nem do desenvolvimento econômico do país.

2 PERGUNTA DE PESQUISA

- Como os IED impactaram no desenvolvimento econômico de Angola entre 2010 a 2022?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Compreender como os Investimentos Estrangeiros Diretos no setor primário da economia angolana impactaram no desenvolvimento econômico do país.

3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar os principais IED no setor primário da economia angolana no período de 2010 a 2022.
- Descrever os impactos no desenvolvimento econômico gerados a partir dos IED no setor primário angolano (2010 a 2022).
- Explicar as dinâmicas que moldam a relação entre capital estrangeiro e a exploração dos recursos naturais do país no período de estudo.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 SETOR PRIMÁRIO, VULNERABILIDADE E DEPENDÊNCIA DA ECONOMIA ANGOLANA

É relevante destacar o desenvolvimento e a sua relação crescimento econômico com base em De Moraes (2023), trazendo relações sob a perspectiva do desenvolvimento clássico e outros autores, os quais examinam o conceito com análises mais criteriosas fazendo comparações.

Os conceitos, portanto, com o tempo podem ser atualizados e sistematizados de uma melhor forma. Esse processo é algo natural da construção da Ciência, ainda mais nas áreas de Humanas e Sociais. Um bom caminho para iniciar a operacionalização conceitual de Desenvolvimento Econômico é comparando-o com os conceitos de Crescimento Econômico, de Progresso Econômico e de Subdesenvolvimento Econômico. O conceito de Crescimento Econômico está ligado mais aos acréscimos no produto de um país, isto é, ao crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. A acumulação de capital, ou seja, o fenômeno econômico denominado de Crescimento Econômico, grosso modo, é condição sine qua non para uma nação alcançar o desenvolvimento econômico, mas não suficiente (De Moraes, 2023 P.29).

Segundo De Moraes (2023), isso conduz, no entanto, o conceito a enfrentar uma variedade de significados com diferentes dimensões de linguagem, densidade e amplitude, resultando em entroncamentos e conflitos comunicacionais decorrentes dos debates. Bresser-Pereira (2016) apud De Moraes (2023) formulou um conceito de desenvolvimento econômico que sintetiza todas as concepções anteriores que remontam desde a década de 1960:

O desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que resulta em transformações estruturais da economia e da sociedade e no aumento dos padrões de consumo de um Estado-nação. É um processo histórico que ocorre a partir da revolução capitalista e, particularmente, da revolução industrial; é o aumento continuado da produtividade, que implica uma sofisticação cada vez maior da mão de obra empregada na produção. [...]. Por isso, o desenvolvimento significa industrialização ou, mais amplamente, sofisticação produtiva [...] (Bresser-Pereira, 2016, p.111).

É a partir dessa definição anterior que entendemos o desenvolvimento econômico neste trabalho. Por outro lado, falar sobre o setor primário da economia angolana nos remete a pensar sobre vários recursos que o país tem e que desde a sua época colonial tendem a garantir a sustentabilidade econômica do país. Sendo o setor petrolífero a principal renda de investimento na economia angolana que mais se destaca.

Segundo Garcia, *et al*, (2021), apesar do crescimento elevado, a economia angolana permanece altamente dependente do petróleo e não possui uma economia diversificada. Segundo autores como, Albino, Tavares & Pacheco, (2016. p.3), Angola é caracterizada por possuir vários recursos naturais e um mercado interno com grande potencial, revestindo-se assim de características únicas para a atração de IED. Os autores procuram enfatizar, que a economia angolana é totalmente dependente do setor primário, que possui vários recursos provenientes da natureza, e ao mesmo tempo mostra uma relevância nos impactos que elas podem causar na economia de Angola.

A alta concentração da economia angolana em petróleo e gás, expôs o país em choque externo. Esses dois setores foram em 2018 o maior contribuinte do crescimento econômico em Angola. Entretanto, essa falta de uma economia nacional não diversificada faz com que o país seja suscetível a uma vulnerabilidade econômica global, que dificulta o seu nível de crescimento econômico e afeta também de uma forma direta no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo (Costa, 2019, p. 38 *apud* Banchard, 2011, p. 18), o PIB é responsável pela medição de toda atividade econômica nacional, a produção de bens e serviços por empresas, o consumo pelo o consumidor, os investimentos em negócios e as despesas do governo, ou seja, é a medida-chave que é frequentemente utilizada, para avaliar o padrão de vida da população e o do

desenvolvimento econômico de uma nação.

Em 2018, o setor de petróleo e gás foi responsável por 20% do PIB e por mais de 95% das receitas de exportação (Unctad, 2019, p. 1). Além de prejudicar a diversificação de sua economia, a alta concentração em petróleo e gás expôs Angola a choques externos. (Garcia *et al.*, 2021, p. 38).

Conforme Domingos e Mendes (2022), o período de 2002 - 2017 marca uma era em que Angola passou a extrair mais dívidas externas para melhorar o país em termos de desenvolvimento e o crescimento econômico, depois dos danos causados pela guerra civil. Entretanto, nesse período houve altos níveis da taxa de PIB que mostrou sinal de crescimento e desenvolvimento econômico e em outras ocasiões redução dessa taxa. Segundo Rocha (2015), existe uma relação positiva do ciclo do preço do barril de petróleo e as taxas de crescimento de Angola. Por exemplo, de 2003 a 2007, o preço do barril de petróleo saiu de US\$ 30 chegando a US\$ 120 e a taxa de crescimento do PIB seguiu a mesma tendência de alta, 1,5% em 2003, chegando a 16,7% em 2007, porém, em 2002 a 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB angolano era de 11,1%. De 2009 a 2015, essa taxa caiu para 3,4% devido à redução da produção petrolífera e da falta de produtividade da economia não petrolífera.

Assim sendo procuramos destacar aqui três fatores essenciais que originaram a dependência e a vulnerabilidade da economia angolana, como o impacto da guerra civil em Angola, a crise financeira de 2008 e a queda do preço de petróleo em 2014. [...] O período pós-independência marcou o início da estruturação de uma economia fortemente dependente de commodities – o petróleo principalmente, uma mercadoria amplamente dependente da demanda do mercado mundial e, portanto, muito suscetível aos choques externos. Segundo os autores apontam que [...] Fortunato (2001), ao debruçar-se sobre a dependência externa da economia angolana, aponta o impacto da guerra civil sobre as estruturas físicas e sociais, o papel desempenhado pelo setor petrolífero e a escassez de oferta interna e o peso excessivo das importações. (Domingos; Mendes, 2022, p. 80).

Para compreender a petro dependência em Angola, é essencial analisar a evolução do setor petrolífero desde seu surgimento na economia global, observando seus impactos e como eles se intensificaram ao longo do tempo, resultando no destaque que alcançam atualmente em diversas nações. Nesse contexto, conforme aponta Barros (2017), é crucial abordar a dependência dos Estados em relação ao petróleo, destacando o caso específico da economia angolana. Hoje como nunca antes, o meio ambiente, especificamente a questão do aquecimento global provocado pelo uso dos recursos energéticos, como por exemplo o petróleo, converteu-

se num tema de topo na agenda internacional de segurança dos Estados. (Barros, 2017). O petróleo tornou-se uma economia mundial a partir do século XX, quando substituiu grande parte da economia mundial que era dependente do carvão como a sua provável fonte primária de consumo global (Barros, 2017), durante o século XX, um aspecto notável foi o papel central do petróleo na economia global.

É notável que, durante esse período, ocorreu a descoberta de reservas petrolíferas na costa de Angola, conforme discutido por Gonçalves (2010). Isso evidencia uma transição significativa na economia nacional, marcada pela ascensão do setor produtivo petrolífero como uma força motriz de mudança econômica.

A partir da década de 1970, com a descoberta de petróleo na costa angolana, o país foi alçado à condição de importante produtor mundial. A economia ganhou contornos de quase monoexportadora, e o petróleo passou a financiar tudo: importações alimentares para substituir a produção perdida, reposição de máquinas nas indústrias e esforço de guerra. (Gonçalves, 2010, p1).

Dada a situação da dependência da economia angolana, outros setores que também podem auxiliar na articulação da diversificação econômica de Angola, muito tem se falado sobre o setor da indústria e o setor de turismo/infraestrutura, como possíveis soluções adequadas para o desenvolvimento e o crescimento econômico para Angola.

Assim sendo, o que nos proporciona a um raciocínio de maneira analítica que nos estimula de alguma forma a perceber a situação atual do país, dentre elas temos: o Impacto da Guerra Civil, que abalou na estruturação física e social, outros fatores relevantes é a Crise Financeira de 2008, que interromperam o boom das commodities e a Queda do Preço do Barril de Petróleo Internacionais em 2014, que causou em Angola a crise cambial. (Domingos; Mendes, 2022).

Para compreendermos sobre a vulnerabilidade econômica e os fatores que influenciam na vulnerabilidade externa, o termo econômica, (Domingos; Mendes, 2022, *apud* Ribeiro, 2016) defini como sendo, um risco sistemático, que afeta o sistema econômico de um país em relação às suas ações que possam afetar diretamente o setor externo ou seja podemos assim dizer que elas são desordens econômicas que afeta no crescimento econômico de uma nação, porém para amenizar as possíveis desordens econômica causadas no setor externo é ter os níveis de reservas internacionais do país em controlo tendo em conta os recursos externos, como fonte de financiamento, nível de poupança e entre outros.

Durante esse período de 2002-2017 o país colocou-se numa dependência econômica, por falta de não conseguir controlar os indicadores que apontavam por uma possível vulnerabilidade econômica, deixando com que o país estivesse exposto aos choques externos por meio de indicadores de vulnerabilidade econômica, como: saldo de transações correntes, a taxa de investimentos, a dívidas externas contraídas pelo país, as dívidas de curto prazo, a taxa de crescimento as exportações, bem como níveis de reservas internacionais face aos choques advindos do mercado internacional.(Domingo; Mendes, 2022).

Dentro do período de análise da economia e do setor primário, a indústria petrolífera do país experimentou diversas mudanças significativas, marcadas por oscilações consideráveis, refletindo uma instabilidade em seu desenvolvimento econômico e no Produto Interno Bruto (PIB). Ao longo dos anos, essas mudanças radicais foram evidenciadas por dados concretos. Houve uma redução na participação das indústrias de petróleo e gás no PIB, diminuindo de 44% para 20,93%. Apesar disso, o PIB registrou um crescimento médio de 7% ao ano. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento do preço do barril de petróleo, que subiu de US\$22 milhões para US\$147 em 2008, resultando em uma dinâmica de enriquecimento para o Estado (Domingo; Mendes, 2022, p.82).

No final do conflito armado em 2002, até a crise financeira internacional de 2008, o preço do barril de petróleo saiu de US\$30 chegando a US\$120 e a taxa de crescimento do PIB seguiu a mesma tendência de alta: 1,5% em 2003, chegando a 16,7% em 2007. De 2002 a 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB angolano era de 11,1%. De 2009 a 2015, essa taxa caiu para 3,4% devido à redução da produção petrolífera e da falta de produtividade da economia não petrolífera (Rocha, 2015, p. 88 *apud* Domingos; Mendes, 2022).

O PIB cresceu em média 9% por ano entre os anos 2000 e 2013. Porém, entre os anos 2009 e 2013, o crescimento anual médio foi inferior a 4%. Isso mostra que houve uma grande diferença de desempenho econômico entre o período antes da crise financeira e depois dela passar em 2008. Portanto, com o aumento do PIB nos anos de 2000 e 2013 Angola passou a estar em 5º posição dos países que fazem parte da África Subsaariana, quando houve esse aumento significativo do PIB que superou nos últimos anos, o PIB per capita. Assim, nesse período Angola viu esse indicador subindo a uma taxa média de 6%, que alcançou US\$2,7 mil no fim de 2013, e ao mesmo tempo coloca o país no ranking de PIB per capita no continente. (Fernandes, 2015, p. 68)

Em 2012 a agricultura participou com 7% do total do PIB, mas essa percentagem diminuiu em 9%. entre 2007 a 2012, isso significa que entre os setores que contribuíram na economia do país o setor da agricultura perdeu o seu espaço entre os demais setores que cresceram nesse período, mas se o governo angolano souber aproveitar o setor agrícola, ela

pode se tornar numa das suas principais economias do país uma vez que há um vasto terreno que possam vir a servir para todo tipo de atividade agrícola como forma de não depender totalmente do setor de petróleo como no caso da Nigéria.

Quanto à perda de participação da agricultura no PIB angolano, há um fator de preocupação. Angola tem vasta região de terras aráveis e potencial produtivo agrícola a seu dispor, o que significa que pode estar sendo subaproveitado um setor importante, fato que pode transformar Angola em importador de alimentos mesmo tendo a “natureza” a seu dispor, tal como aconteceu na Nigéria. (Fernandes, 2015, p. 69).

Para o lado do comércio exterior o país é um produtor mundial de petróleo de grande importância, tendo destaque na 15ª colocação mundial, contando com uma participação de 2,1% do total produzido no mundo inteiro. Nos últimos 13 anos o país dobrou o volume de exportações, com uma participação do petróleo voltada para o comércio exterior, sendo que em 2013 Angola exportou num valor de total de US\$67,7 bilhões e US\$66,51 bilhões são do combustível que no total 98%. E por conseguinte o país vem se beneficiando do aumento do preço do barril de petróleo quando atingiu o pico de 673,7 milhões de barris que foram exportados no ano de 2008 mediante a fase da crise financeira global, o que causou grandes perdas econômicas principalmente pelo setor de petróleo, mas que houve ainda assim melhoria verificada em 2013, após o momento da crise financeira em 2009 tendo um aumento considerável.

Angola exporta uma variedade de produtos, incluindo gás natural, diamantes e petróleo refinado, mas, as exportações de petróleo bruto são tão significativas que merecem uma análise especial. No entanto, ainda iremos mencionar os parceiros comerciais de Angola, que compram uma variedade de produtos angolanos além do petróleo.

Os Estados Unidos nos anos de 2000 tem sido o principal comprador do petróleo angolano tendo uma participação de 52% de exportação de Angola, porém em 2012 a participação norte-americana caiu para 0,02% de exportação (Fernandes, 2015). Porém, em 2016 a participação norte-americana subiu para 10% de exportação de exportação (Expansão; Angola, 2016).

Portanto, a China em 2012 atingiu 60% de exportação do petróleo de Angola, o que fez com que os norte-americanos diminuíssem a sua participação no comércio internacional angolano.

Aliada ao aumento da participação chinesa, temos que parte da explicação da elevação do PIB dos países exportadores de petróleo, tal como são Angola e Nigéria (ambos membros da OPEC – Organization of the Petroleum Exporting Countries), vem do aumento da cotação

internacional do barril do petróleo a partir do início da década de 2000. Em 2001 o preço médio do barril em dólares americanos era de US\$23,12, até chegar ao pico de 94,45 dólares por barril, em 2008; isso corresponde a um aumento do preço médio de 23% ao ano. Ainda em 2008, os sintomas da crise internacional se fizeram sentir na cotação do preço do petróleo, e em 2009 o preço médio reduziu-se a US\$61,06, queda de mais de 35% com relação à média verificada no ano de 2008. Em 2010 os preços voltaram a subir, e em 2011 superaram o patamar adquirido em 2008, com crescimentos de 27% e 39%, respectivamente; em 2012 houve crescimento de 2% e em 2013 houve queda no preço, confirmando as tendências. Até o final de dezembro do ano de 2014 o preço médio havia recuado 8% com relação ao preço médio de 2013, chegando a US\$55,64 em 17 de dezembro de 2014, valor inferior à média de 2009 (US\$61,06). (Fernandes, 2015, 71).

O valor do petróleo angolano no mercado internacional, teve uma grande influência de forma negativa no crescimento do PIB do país, como mostram os estudos que desde 2002 e 2008 houve um crescimento do PIB, que foram muito essenciais pela forma que elas foram alcançadas no momento de crise, sendo que o setor petrolífero foi o que mais causou grande impacto no Total do Fatores Produtivo que dentro desse período de 2002 e 2008 apresentou crescimento de 84%. De maneira comparativa no mesmo período, o capital e o trabalho cresceram 1% e 3% respectivamente. (Fernandes, 2015, p. 72).

No que diz respeito às importações o seu valor de mercado também vem crescendo a um ritmo muito acelerado desde o ano 2000. Nesse ano saiu mais de US\$3 bilhões ainda em curso para mais de US\$23,7 bilhões em 2012. Contudo, no ano em curso as importações de bens e capital somaram mais de pouco US\$7 bilhões em contrapartida vimos que, os bens intermediários conseguiram arrecadar US\$13,83 bilhões sendo que os bens intermediários US\$2,83 bilhões portanto, as participações de cada uma dessas categorias citadas no total importado não sofreram alterações entre 1998 a 2012.

Quando se diz que a balança comercial de Angola foi superavitária, significa que o valor das exportações do país foi maior do que o valor das importações durante um determinado período de tempo. Em outras palavras, Angola vendeu mais produtos para outros países do que comprou deles. Isso é geralmente considerado uma situação financeira positiva para o país, pois contribui para o crescimento econômico e para o aumento das reservas cambiais. Portanto, quero dizer que de 2000 a 2013 a economia local do país teve um grande avanço durante esse mesmo período.

A balança comercial de Angola foi superavitária entre os anos de 2000 e 2013, com excedentes que passaram de pouco mais de US\$3 bilhões, no ano 2000, para sucessivos

superávits que ultrapassam os US\$40 bilhões, nos últimos anos. O ano de 2009 interrompeu a tendência crescente na qual se encontrava o saldo da balança comercial, mas mesmo com uma queda de 57% em relação ao ano anterior foi verificado um superávit de mais de US\$18 bilhões. A partir de 2010 o superávit da balança comercial voltou a tomar corpo e “estacionar” acima da linha dos US\$ 40 bilhões anuais (Fernandes, 2015, p 73).

Quando olhamos para como os Estados Unidos e a China estão comprando e vendendo, parece que uma diminui enquanto a outra aumenta. No entanto, quando olhamos para a balança comercial, que é a diferença entre o que um país exporta e o que importa, vemos que Angola está conseguindo vender mais do que está comprando. Isso tem sido consistente ao longo do tempo, embora tenha havido quedas em 2009 e 2013, como mostrado no gráfico. Em resumo, apesar das mudanças nas relações comerciais com os Estados Unidos e a China, Angola ainda está conseguindo ter superávits comerciais. (Fernandes, 2015, p.74). Esse fator de superávit tem sido determinado no aumento das reservas internacionais de Angola: no ano de 2000 o país podia contar com US\$1,2 bilhões e em 2013 o país total, das divisas internacionais nas reservas do governo chegou ao patamar mais alto com US\$33,49 bilhões.

A China tem um papel muito importante no progresso positivo do saldo comercial de Angola, ou seja, na capacidade do país africano de exportar mais do que importa. A China é um parceiro comercial significativo para Angola, sendo um dos principais destinos das exportações angolanas. Portanto, a demanda chinesa por produtos angolanos, como petróleo e outros recursos naturais, tem sido crucial para impulsionar o superávit comercial de Angola. Em resumo, a China é uma peça-chave no sucesso econômico de Angola, especialmente em relação ao comércio exterior. Portanto caso a China deixa de ser esse balizador do superávit do saldo comercial de Angola, se não houver um outro que possa ser esse balizador tal como China começou a ser no ano de 2012 e os Estados Unidos perdeu a concorrência com a China nas importações do mercado internacional do petróleo de Angola, se não houver quem possa, então, podemos dizer que Angola está a caminho de um precipício econômico sendo que ela vai perder o seu principal investidor econômico.

O balanço de pagamentos de Angola geralmente mostra superávits, o que significa que o país ganha mais do que gasta no comércio internacional. Houve também um déficit em 2009, principalmente devido a gastos maiores do que ganhos em transações correntes, como importações superiores às exportações. No entanto, a saída de investimentos estrangeiros diretos no país, ou seja, em Angola foi menor do que a esperada, o que ajudou a equilibrar um pouco as contas.

Desde 2009, os investimentos estrangeiros em Angola têm aumentado, embora ainda

não tenham retornado aos níveis pré-crise de 2008. A desvalorização da moeda local, o Kwanza, também tem sido importante. E, no de 2013, podemos constatar que eram necessários mais Kwanzas para comprar um dólar do que em 2000. Isso ajudou as exportações angolanas, contribuindo para os superávits comerciais e aumentando as reservas internacionais do país. (Fernandes, 215, p.74).

Não por acaso, do total de investimento direto estrangeiro (IED) no ano de 2012 – último ano disponível no banco de dados do Banco Nacional de Angola – aproximadamente 96,7% era relacionado a projetos ligados ao setor petrolífero, e em 2011 essa cifra foi ainda maior, já que investimentos diretos estrangeiros ligados ao setor petrolífero alcançaram 98,7% do total. (Fernandes, 2015, p. 74-75).

Em conformidade aos estudos, embora os números apontados acima, realça que Angola encontra-se na primeira colocação entre as 20 economias que receberam maiores retornos a este tipo de investimento como por exemplo; em 2011, a taxa de retorno em Angola alcançou os 87%⁷⁴, enquanto que, para efeito comparativo, o Chile – 20º colocado da lista – apresentou retorno de 12%. Das 20 economias com maiores taxas de retorno sobre o IDE, quatro são africanas, e todas elas abaixo da linha do Saara, ou seja, aos países que fazem parte dessa mesma região que mais vêm atraindo investidores estrangeiro por conta dos seus recursos naturais e o seu desenvolvimento político e econômico. (Fernandes, 2015, p. 76).

Vimos que apesar do elevado crescimento económico em Angola, mesmo assim, o país não deixou de ser dependente do setor de petróleo e gás em 2018, o que deveria ser então, relevante para diversificar a dependência da economia para outros setores interligados ao setor primário. Como o governo angolano atual, vem pretendendo diversificar a economia do país para tentar ligar de forma direta, e atrair mais investidores de maneira cativante para alavancar os outros setores para contribuir no crescimento económico do país por meio do IED.

A queda dos preços do petróleo e o menor crescimento da economia não petrolífera impuseram a necessidade de maior endividamento público em Angola. O rácio de dívida sobre o PIB, que estava em torno de 32% em 2013, passou para níveis acima de 65% em 2017, um nível registrado pela última vez no início dos anos 2002 e 2003. Segundo MELON, Milton (2021), Angola vive um novo paradigma em matéria de abertura ao investimento externo, o qual assenta na substituição de um novo modelo económico que tem por base a exportação de petróleo e importação de bens por um modelo direcionado para o setor produtivo. Com base na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2021 apud Albino, Tavares & Pacheco, 2016.) A sua estrutura produtiva é muito dependente do setor petrolífero que tem um peso de 46% no PIB, representa 80% das receitas do Estado e 95% do valor das

exportações em 2013 (OCDE, 2014).

4.2 INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIREITOS

O tema do investimento direto estrangeiro é amplamente debatido no contexto da economia internacional, sendo considerado um dos assuntos mais controversos. Para analisá-lo adequadamente, foi necessário recorrer a autores que abordam conceitos relacionados, visando uma compreensão mais profunda.

O investimento estrangeiro contudo, é compreendido considerando dois fatores essenciais, conforme explicado por Gonçalves (1951), que destaca participação significativa das empresas transnacionais (ETs) na economia brasileira, influenciando diretamente o comércio internacional. Portanto, com base Gonçalves (1951), o autor traz uma abordagem sólida para dar sustentabilidade quando explique sobre a forte participação das Ets na economia brasileira no IED.

Um dos primeiros fatos, portanto, é que as empresas transnacionais operam como o principal agente de realização do IED. Elas operam de várias formas no IED como seu agente, que têm um papel muito fundamental para a realização do investimento direto estrangeiro, aproveitando suas vantagens competitivas e recursos para expandir suas operações globalmente e contribuir para o desenvolvimento econômico dos países onde elas operam.

Segundo, as ETs têm fontes extraordinárias de poder econômico e político. Como fontes extraordinárias de poder econômico e político, as ETs possuem essas duas fontes devido a vários fatores significativos para a influência global dentro do mercado internacional dos investimentos. Em suma, as ETs possuem uma ampla gama de fontes de poder econômico e político, que lhes permitem exercer uma influência significativa sobre os mercados, as políticas governamentais e a sociedade em geral. Segundo (Nonnenberg e Mendonça, 2005, apud Costa, 2019), o número de fluxo de IED é regido por fatores ligados aos ambientes competitivos onde as firmas ou Ets operam.

Conforme Gonçalves (1951), ainda nos fala sobre negociações comerciais no investimento externo, que dependem de três tipos de acordos internacionais que tratam do IED. Porém, esses acordos, no entanto, operam em três dimensões distintas como multilaterais, plurilaterais e bilaterais. De fato, esses acordos são na realidade arranjos jurídicos e institucionais, que objetivam dar maior garantia ou proteção ao investidor externo, ou seja, investidor estrangeiro.

E especificamente, esses acordos envolvem direitos dos investidores e o dever ou a

obrigação dos Estados nacionais, para a legislação nacionais do investimento quer seja no âmbito global que envolve um investimento internacional. Ainda sobre os três tratados ou como Gonçalves chama de acordos que visam a tratar do IED.

Nos últimos anos, o IED em África tem se fortalecido como uma parte importante e estratégica para o crescimento dos países em desenvolvimento. Atualmente, é evidente que os investidores estrangeiros estão cada vez mais atraídos a investir no continente africano. A presente pesquisa demonstra que uma grande parcela do IED na região está intrinsecamente ligada aos abundantes recursos naturais dos países africanos, especialmente na África Subsaariana, como é o caso específico de Angola (Kunietama, 2014 *apud* Costa, 2019, p. 12).

Alguns desses países da África Subsaariana são ricos de recursos naturais, e por terem estabilidade política e ao mesmo tempo apresentam crescimento econômico na última década, por esse grande motivo, esses tais investidores estrangeiros, sentem-se movidos em puder ultrapassar as suas linhas de fronteira para uma missão de investimentos nesses países do continente.

O IED é tido como a principal fonte para a realização de transferência de tecnologia para os países africanos que contribuem na capacitação tecnológica das economias locais, segundo (Kuassa, 2021), a ideia do IED, é como o principal mecanismo que passa trazer mudanças tecnológicas dos países avançados, através dos organismos multilaterais das nações para os países da África. Portanto, é uma ideologia sustentada pelo o autor com base nas economias de industrialização recente na era do Leste Asiático, mostrando a influência da atração do IED um complemento para a mudança tecnológica dos países africanos, sobretudo Angola, sendo um processo de conhecimento inovadora, para a produção industrial e competitividade comercial.

A inserção de IED vai além de meras transações econômicas entre países. Embora envolva movimentos de capital entre economias globais, os investimentos estrangeiros trazem consigo pacotes tecnológicos aos países receptores.

No entanto, conforme indicado por Kuassa (2021), a presença desses pacotes tecnológicos não garante que os países beneficiários possam efetivamente aproveitá-los. Isso é, em função das principais condições para efeitos colaterais de maneira muito significativa do IED, através dos encadeamentos gerados entre o investimento estrangeiro e o investimento doméstico (ID), sendo que as empresas transnacionais são as responsáveis portadoras do IED. Portanto, são necessárias essas duas condições para não haver limitações nos impactos do IED na transferência de tecnologias.

Essas duas condições, são entendidas como encadeamentos que podem ser para trás,

quando são relacionados aos coeficientes de ligações das próprias empresas transnacionais, para o IED como proporção de matérias primárias requisitadas nas indústrias de produção upstream. De maneira inversa, são ligações das firmas transnacionais portadoras do IED como proporção de matérias primas oferecidas para indústrias down stream para os países destinatários na África.

O conhecimento, proveniente do IED, é um mecanismo importante para a transferência de tecnologia nela contida na produtividade externa dos países hospedeiros, mas, esse conhecimento, não é explicitamente articulado ao IED e que pode de certa forma constituir um pacote tecnológico. Mas apesar de vasto conhecimento existem estudos que apresentam resultados mistos que, alegam de que atrair o IED simplesmente não garantem aos países receptores das suas transbordantes tecnológica o não benefício delas (Kuassa, 2021 *apud* Banco Mundial, 2014). Portanto, vários foram os países que se submeteram aos transbordamentos de tais conhecimento, que não ocorreram automaticamente, que ficaram condicionados ao grau de encadeamento do IED nos sistemas das produções locais. O processo de encadeamento só acontece pelos países que investem, fornecendo insumos aos sistemas de produção local, entretanto, o encadeamento resulta de duas categorias que são distintas uma da outra como: encadeamento para frente e encadeamento para trás.

Encadeamento para frente, normalmente são aqueles gerados pelo IED em busca de mercado, e o encadeamento para trás está mais vinculado ao IED orientado para exportação.

No que se refere aos países africanos, a pouquíssima capacidade em absorver tecnologias caracteriza-se, inviabilizando assim sua transferência tecnológica. Dessa forma, a baixa capacidade na absorção de tecnologia abre uma incógnita de maior IED, para o desenvolvimento de ligações domésticas nos países africanos.

Assim, é importante entender as duas categorias distintas no IED: o encadeamento do IED orientado para exportação acontece, quando as empresas estrangeiras que investem em outros países compram materiais e serviços locais, para fortalecer mais as conexões econômicas. Esse processo é conhecido como encadeamento para trás no contexto do investimento estrangeiro.

O IED em busca de mercado é o encadeamento para frente, que tendem a ser mais produtivo e benéfico, para países receptores e, geralmente quando os empresários empresas transnacionais portadoras do IED fornecem insumos e serviços para as empresas de origem doméstica, portanto IED em busca de mercado, pode ser portadora de novos produtos e, que modernize a produção feitas nesses países receptores, de acordo (Kuassa, 2021 *apud* Haskel *et al.*, 20002, Liu *et al.*, 2000).

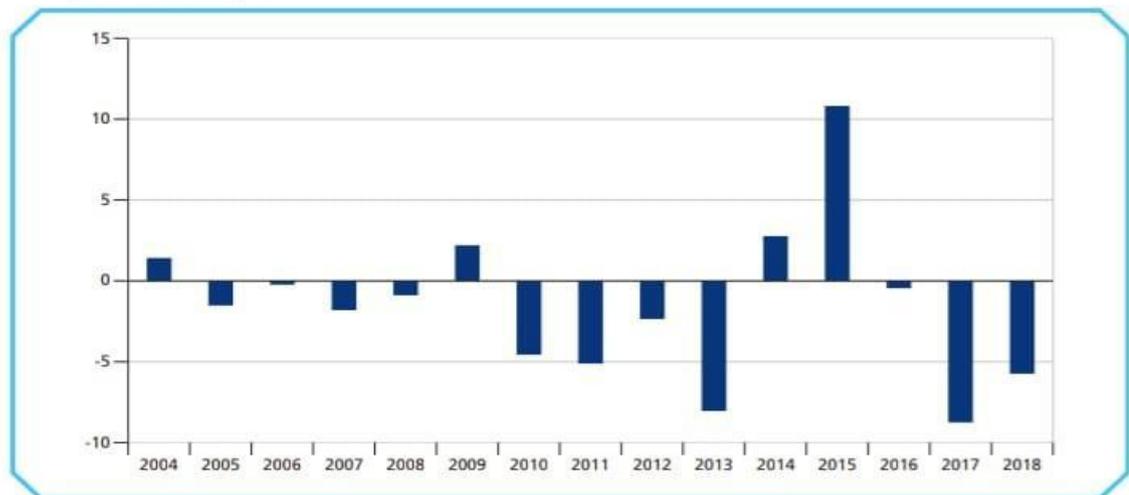
O grau de encadeamento nos países africanos, como Angola, Egito, Etiópia e Gana etc. Dentro do período de 2016 a 2020 é utilizado dados em painel dos organismos oficiais de fornecimento ao investimento direto estrangeiro para os países receptores. Exemplo Angola, o seu órgão de Estado é compreendido pela Agência Privada e Promoção Das Exportação de Angola.

Entre 2004 e 2018, a entrada líquida média anual de IED atingiu menos de US\$607 milhões, menor volume entre as economias produtoras de petróleo na África. Nos períodos 2005-2007 e 2010-2013, observaram-se desinvestimentos expressivos – no último caso, influenciados pela crise financeira global. (Garcia *et al.*, 2021, p. 38).

GRÁFICO 1

Fluxos líquidos de IED para Angola (2004-2018)

(Em US\$ bilhão)

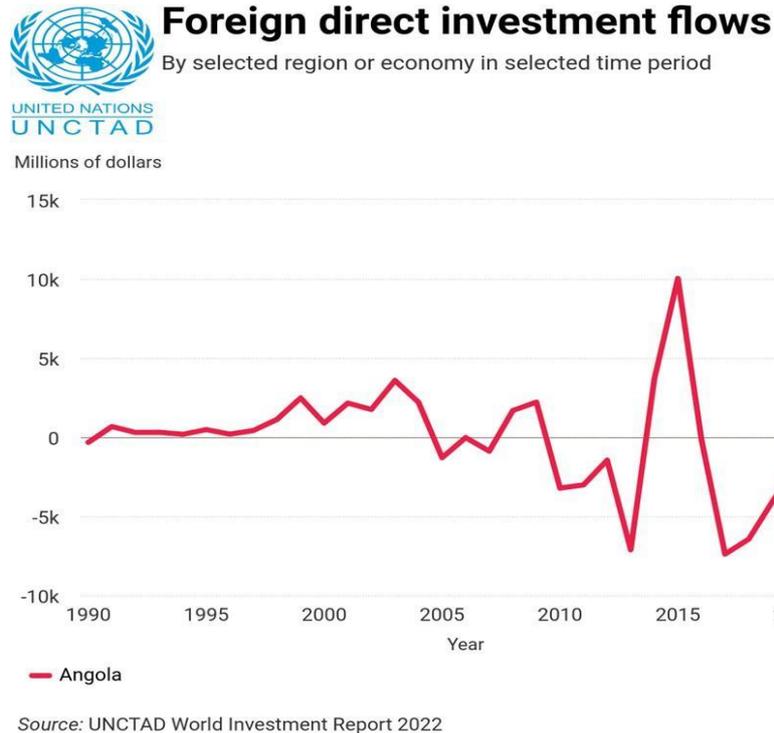


Fonte: UnctadStat. Disponível em: <<https://bit.ly/3wLhog6>>.

Elaboração dos autores.

De acordo o gráfico ilustrado, percebe-se que existiu uma baixa e volátil de entrada de investimento estrangeiro direto (IED) em Angola, isto no período de 2004 até 2018, que teve uma entrada anual líquida com menos de US\$ 607 milhões, um valor que representa um dos menores volumes entre as economias produtora de petróleo na África. De fato, foram ainda observados períodos de desinvestimentos significativos entre os anos de 2005-2007 e 2010-2013, que grande parte foi influenciada pela crise financeira global em 2008. Portanto, como resultado disso, o estoque total de IED em Angola diminuiu de US\$ 32 bilhões em 2010 para US\$24 bilhões em 2018.

Para vermos dados mais atuais, na base de dados da UNCTAD (2022) pode se observar que após 2016 os investimentos em Angola começam a ser negativos.



Por outro lado, Angola busca cooperar com outros Estados por meio de celebração de Tratado Bilateral de Investimentos (TBIs), sendo acordos celebrados entre dois países com o objetivo de promover e proteger os investimentos mútuos Garcia *et al.* (2021). Angola é signatária de dezoito TBIs. Além destes, Angola é parte de outros seis tratados com disposições sobre investimentos, dos quais cinco estão em vigor: Acordo de Cotonou; Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); Protocolo de Investimento da SADC; e Acordo Europeu de Parceria União Europeia-SADC.⁵⁰ Em comparação com outros países africanos, Angola apresenta um número relativamente baixo de TBIs assinados, bem abaixo de países como Moçambique, Senegal e Etiópia (Unctad, 2019, p. 11 *apud* Garcia *et al.*, 2021).

Portanto, em Angola foi adotada uma política, sobre a legislação do investimento para consolidar a políticas públicas para o investimento privado. (Garcia, 2021) essa lei foi um decreto de 2018 com base na aprovação do investimento privado e que é ao mesmo tempo aplicável tanto para os investidores nacionais quanto para os investidores estrangeiros. A lei do investimento privado inclui empresas que têm uma participação no setor público de até 49%.

A lei do investimento privado em Angola que se aplica tanto para o investidor nacional tanto para o investimento direto estrangeiro (IED), tem a finalidade, ou seja, a objetividade, de facilitar o investimento privado por meio de um conjunto de medidas em que os setores privilegiados estabelecido pela LIP são: agricultura, alimento e agroindústria, avicultura; têxteis

vestuário e calçados. (Garcia *et al.*, 2021, p.42).

5METODOLOGIA DE PESQUISA

A palavra conhecimento, é um conjunto de saberes para a construção de um novo caminho inovador, porém, em conformidade com Gerhardt, Silveira, a pesquisa científica é um tipo de conhecimento científico que se baseia na metodologia de estudo a partir de uma construção analítica com base em coleções de dados que se objetiva em trazer um resultado ao que se submete a pesquisa.

A presente pesquisa, está pautado em teorias fundamentadas nos dados, com base em análise bibliográfica a partir do que outros autores falaram a respeito da minha linha de pesquisa, segundo Gerhardt, Silveira, (2009, p 37):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim sendo, será realizada uma ampliação da revisão da literatura sobre o setor primário da economia angolana, dos investimentos estrangeiros e o desenvolvimento econômico. Para compreender a atração do Investimento Estrangeiro Direto em Angola, é fundamental analisar inicialmente o panorama dos IEDs na África, especialmente na África Subsaariana, uma região que atrai consideráveis investimentos estrangeiros (Costa, 2019). Nesse contexto, situamos Angola, um dos países dessa região. Além disso, para embasar essa análise, será realizada uma descrição dos dados estatísticos pertinentes à pesquisa.

Em função disso, procuramos trazer dados estatísticos que comprovam, os inúmeros de investidores estrangeiro ou países que maior contribuíram no setor primário da economia angolana. E por fim, o estudo da pesquisa é também através por uma pesquisa qualitativa, que visa na compreensão da realidade do contexto social e histórico de Angola.

“A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. (Gerhardt, Silveira, 2009, p 32).

Assim sendo, para a compressão do IED no setor primário da economia de Angola, foi também necessário procurar trazer dados concretos para obter informações sobre os

REFERÊNCIAS

ALBINO, F. C.; TAVARE, O. F.; PACHECO, L. **Investimento direto estrangeiro em angola**. Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting ISSN: 2183-3826. Vol 2, Nº 3, March 2016.

BANCO MUNDIAL. (2014). **Relatório Anual 2014**. Disponível em: www.https://.Documents1.worldbank.org. acesso em 15/05/2024.

BATSÍKAMA, Patrício. **Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola**. Luanda: Mayamba, 2016.

BARROS, Manuel, 1980- **Os contornos sócio-económicos e securitários da petrodependência dos Estados: o caso de Angola**, Lusíada. Política Internacional e Segurança, 15 (2017).

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. (5ª ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. (2011).

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2016 a). : **The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism**". Brazilian Journal of Political Economy, São Paulo, vol.37 nº.4, p.680-703.

COSTA, Hady Iolanda. **A relação do investimento direto estrangeiro e as variáveis econômicas nos países da América Latina e da África Subsaariana**. Unesc. 2019.

DE MORAES, Isaias. **Revisitando o Conceito de Desenvolvimento Econômico e a Escola de Pensamento do Desenvolvimentismo na Economia**. Revista de Economia Política, vol. 43, nº 1, pp. 26-47, janeiro-março/2023.

DOMINGOS, Anacleto, MENDES, Emílio. **Dependence and external vulnerability in angola: an analysis of the post-civil war period (2002-2017)**. Informe econômico (ufpi) - issne 2764-1392 ano 24 - volume 45 -NÚMERO 2 – JULHO-DEZEMBRO, 2022.

EXPANSÃO, Angola. **Compras de petróleo angolano pelos EUA em máximos de três anos**. 23/junho/ 2016. Disponível em: [www https://expansao.co.ao](http://www.https://expansao.co.ao). Acesso em: 21.04.2024

FERNANDES, André, **Investimento direto estrangeiro na África Subsaariana: um estudo sobre crescimento e dependência: pontifícia universidade católica de São Paulo – PUC – SP**. São Paulo, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTUNATO, J. J. P. **Análise da dependência externa e da inflação na economia angolana na década de 1990**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 85f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FURTADO, Celso. **A Economia Brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite. (1954).

GARCIA, et al. **As relações brasil-áfrica e o regime internacional de investimentos**: uma análise do acfi do brasil com angola e moçambique.e, Texto para Discussão, No. 2671, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2021.
<https://doi.org/10.38116/td2671>

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa, coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Jonuel: **A economia de Angola: da Independência à Crise Mundial de 2008**. revista tempo do mundo | rtm | v. 2 | n. 3 |dez. 2010.

GONÇALVES, Reinaldo, **1951- Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil / Reinaldo Gonçalves. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. — 2a reimpressão.

RFI, Francesa. Dependente do petróleo, **Angola tenta diversificar economia durante visita presidencial à França**. Publicado em: 28/05/2018 - 19:01. Disponível em: <https://www.rfi.fr> › RFI › França. Acesso em: 21/04/2024.

HASKEL, J., Pereira, S., Slaughter, M., 2002. **Does Inward Foreign Direct Investment Boost the Productivity of Domestic Firms?** National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, Working Paper No. 8724, January 2002.

KUASSA, Pedro, **Investimento direto estrangeiro transparência de tecnologia nos países africanos**. Niterói, Rio De Janeiro Outubro 2021

KUNETAMA, H. N. (2014). **O Impacto do Investimento Direito Estrangeiro no Crescimento Económico de Angola**. Dissertação (Mestrado) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto. Disponível em:<http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5060/1/DM_Henrique%20Kunieta_a_2014.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LIU, X., Burridge, P., & Sinclair, P. J. N. (2002). **Relationships between inward direct investment and China's provincial-level productivity**. The Manchester School, 70(2), 180-205.

LIU, Xiaohui, and Huan Zou. "The impact of greenfield FDI and mergers and acquisitions on innovation in Chinese high-tech industries." Journal of world business 43.3 (2008): 352-364.

MATOS, José. **O Papel do estado no desenvolvimento social e econômico em angola a partir do final da guerra civil**. Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2023.

MENEZES, Soleval. **Mamma Angola**: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: USP; Fapesp, 2002.

MELON, Milton. **Angola aposta na captação de investimento estrangeiro para recuperar**.

Partner, Europe West Tax Services, Business Tax Advisory, Ernst & Young Angola, Lda. Publicado em 3/Dez/2021. Disponível em: [www.https:// ey.com](https://ey.com) > milton-chantre-: acesso em 15/05/2024.

NONNENBERG, M. J., & MENDONÇA, A. R. (2005). **Internationalization strategies and foreign direct investment: The Brazilian case**. In D. Welch & L. Luostarinen (Eds.), *Internationalization of Emerging Economies and Firms* (pp. 93–112). Edward Elgar Publishing.

OCDE. (2014). **African Economic Outlook**. (J. Muzima, & D. Mazivila, Eds.) Retrieved Abril 13, 2015, from www.afdb.org: www.afdb.org.

PEREIRA, Luís Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008.

ROCHA, José Alves da. **A distribuição do rendimento como modelo alternativo de crescimento**. CEIC. Working Paper nº 01, fevereiro de 2016.

RIBEIRO, F. J. S. P. **Reavaliando a vulnerabilidade externa brasileira**. Texto para discussão n. 2247. Rio de Janeiro: Ipea, novembro de 2016.

SILVA, Leossária de Fátima, **Captação de investimento direto estrangeiro (ide) para Angola: A internacionalização em contexto de crise**. Lisboa.2021

UNCTAD – **United Nations Conference on Trade and Development**. *Investment Investment Policy Review: Angola*. [s.l.]: UN, 2019.